

ONDE ESTÁ MESMO O SUPREMO?

O título atribuído a este editorial é provocante e provocado por um texto que li em algum lugar da mídia. Eu posso tê-lo feito nas redes sociais, em algum jornal impresso, virtual, em algum *site* e/ou *blog* de alguém sobre três fatos diferentes, contudo, fortemente imbricados.¹ Trata-se da Ação Penal 470, na maneira como o Supremo Tribunal Federal (STF) a vem conduzindo, judicialmente, neste processo, da estética da mídia brasileira, que prima pela produção de um espetáculo, ao invés de trabalhar de fato sobre e a partir, o que pode significar o que se lê e vê sobre o STF e o país, e das respectivas posições de dois ex-presidentes. A estética midiática parece primar pela forma despreendida (deliberadamente?) de um conteúdo sócio-histórico e, quando realiza este movimento, mostra seu viés político-institucional. A sociedade, em geral, digere a notícia de imediato.

Embora a estética de jornais impressos, televisivos e/ou virtuais seja muito bem pensada e discutida, ainda é uma produção de conhecimento que se faz no âmbito da esfera ineliminável do cotidiano, portanto, ausente da densidade histórica que produz a cultura brasileira e de uma reflexão crítica e necessária, posto que a sua estrutura exige uma resposta imediata, tornando praticamente impossível que o receptor da notícia, a maioria da população brasileira, faça ou tenha tempo para uma avaliação decente. Isso reproduz uma cultura que nos cega para o que pode ser a especificidade da cultura brasileira: de como são nossas instituições, nossa sociedade, a cultura da autoridade, do poder e do mando.

Lê-se e se vê, diariamente, em toda forma de manipulação, a sociedade dividida entre deus e o demônio, num universalismo cristão entre o bem e o mal, mas de forma personalizada. Um político, um juiz, um cidadão comum ou um cidadão acima de qualquer suspeita são, diferentemente, bons ou maus ou, até mesmo, um único poderia ser bom e ruim em momentos diferentes ou, mesmo, simultaneamente, sendo isso tudo ao mesmo tempo: político, juiz, cidadão comum ou acima de qualquer suspeita.

Isso pode mostrar a imperceptibilidade da fraqueza das instituições brasileiras que, de alguma forma, fundam um específico Estado Nacional e, como o próprio nome diz, instituem uma específica sociedade e, nela, um pacto social, a sociabilidade e a subjetividade do brasileiro na forma última de sua individualidade. É um eterno presente, de brigas entre esquerda, direita, elite, classe média, classe trabalhadora e povo. Aí tudo se generaliza. Povo passa a ser massa informe. Há a ausência de coesão social, a antropomorfização do histórico, a existência de instituições imperceptíveis e a imposição da existência de mitos, desde Antônio Conselheiro, de Getúlio Vargas até os candidatos atuais ao posto. Quem serão os novos mitos?

Assim, Joões, Josés, Fernandos, Luízes, Marias, todas as Mulheres de Atenas e todos nós, impunemente, também o somos; em nossas vidas e em nossos espaços privados ou institucionais, que se diferenciam por uma tênue linha demarcatória. Mitos estão acima do que, historicamente, é produzido, são produções do espírito, destacados das condições objetivas e, em geral, contra

¹ Cf. em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FApoiar-Joaquim-Barbosa-foi-das-coisas-mais-baixas-que-FHC-fez-em-sua-vida%2F4%2F29602>>, artigo publicado pelo jornalista Paulo Nogueira. Acesso em: 3 dez. 2013.

elas. Na verdade, todos nós gostaríamos de ver uma nossa biografia não autorizada ganhar o espaço, o espetáculo efêmero na estética midiática que reproduz uma cultura que poucos se indagam de onde vem. Parece haver uma lógica individualista que é muito acentuada no momento atual, mas, quando se lê algum dos muitos “intérpretes do Brasil”, pode-se perceber que isso parece ser antigo e ter origens alhures. E, em tudo, parece que, agora, momentos históricos distintos e realmente vivos nunca foram como o são por uma penada deliberativa, judicial.

Há algo específico no caráter do povo brasileiro que nos faz diferentes de todos os outros povos, até mesmo dentro da América Latina. Essa particularidade é tão longínqua no tempo e no espaço que se encontra entranhada em todos nós que, por omissão ou ação, produzimos a cultura do país e as instituições que a reproduzem. Aqui, novamente, a mídia é maiúscula.

A Rede Globo e a Veja são baluartes da agonia. Especialistas na arte de não mostrar, mostrando, e de sugerir por meio de linguagem bastante palatável. Com o peso ou o fardo histórico brasileiro muito é aceito e deglutido hoje e amanhã e desmentido em seguida, diante do que “mostram” e “sugerem”. E tudo muda. Vivemos num processo em que, parafraseando o professor Roberto Schwarz, “o vício faz elogio à virtude” e a coesão social é fraca, assim como as instituições fazem da sociabilidade, indissociável da subjetividade, motivo para a materialização de processos muito instáveis e flexíveis. Talvez isso nos ajude a entender as razões pelas quais muitos confundem governo com Estado Nacional, o Presidente Eleito com o cidadão vivo, a fragilidade e as estruturais guinadas partidárias e a obrigatoriedade do voto.

O STF parece estar imerso nesse contexto. Uma instituição do Estado Nacional que, em última instância, é garantidor do próprio Estado, da sociedade, do ordenamento jurídico que orienta o político e cuida e zela pelo Legislativo e pelo Executivo. Hoje se vê um fisiologismo cultural a reger o parlamento, o Executivo encontra-se em *sursi* e o STF está enfraquecido (alguns dirão: de joelhos diante do que “mostra” e “sugere” a mídia).

Diante de tudo isso, a sociedade apenas reage, a mídia reproduz, a política torna-se incompreensível e o cidadão perdido não vê que seus direitos sociais evaporam. Paga sem perceber, apenas. E, muitas vezes, de forma arrogante, porém cordial, por pagar, exige que o serviço seja bom e ao seu gosto precisamente pessoal. Com instituições frágeis, ausência de coesão social e o fisiologismo campeando, vão exigir de quem? Do capital financeiro, que não tem endereço, CPF, não tem face, nem ouvidos ou fala?

No momento em que aceitei escrever este texto, breve e muito difícil, porque podemos escorregar com muita facilidade na estética social ditada pela mídia geral que mirava o STF, hoje, neste domingo paulistano nublado como a clareza que turva o tema, até agora nada li sobre ele. A compressão espaço-temporal torna tudo muito efêmero. Este texto fará diferença diante do que eu mesmo escrevi? O tempo cultural ainda estará forte para possibilitar algum impacto quando este editorial for lido? Confesso que nem especulo qualquer resposta.

Hoje, as atenções parecem voltadas para o trânsito, para o incêndio do Memorial da América Latina, para alguns atos violentos já banalizados, num ato antropofágico naturalizado pelo cidadão. Há jogos de futebol e outras diversões

televisivas, numa cidade que já está toda decorada para a maior festa cristã brasileira: o Natal (herança católica de há muito vinda de Portugal), que destronará assunto de tamanha relevância.

Por outro lado, é possível ler em jornais pouco perceptíveis, intelectuais produzirem frases sábias que poucos lerão: “A justiça que burla as próprias sentenças, mercadejando ações cuidadosamente dirigidas ao desfrute da emissão conservadora implode o alicerce da equidistância republicana que lhe confere o consentimento legal e a distingue dos linchamentos falangistas. Joaquim Barbosa age na execução com a mesma destemperança com que se conduziu na relatoria da Ação Penal 470.”² Parece-me correta a afirmação que acabo de ler, mas abstrata e militante, além de personificar algo que está em todos nós e se realiza como a forma de viver brasileira – a cultura brasileira. Entretanto, não logra lançar luz sobre a densidade histórica das instituições e sobre a sociedade do país.

É uma estética perversa essa da mídia, que atinge também a academia, conquanto pesa sobre mim e sobre o que escrevo. Sou mais um. Leio de forma obsessiva os intérpretes do Brasil e, a cada vez que leio, revivo um momento de minha vida e o contexto em que vivi. São releituras mil. Hoje penso que há uma cultura do atraso no país. Não somos “emergentes” ou atrasados porque o intelecto social médio brasileiro é baixo, mas porque assim o fizeram há muito e até agora e sempre, buscando reproduzir a mesma cultura vinda da Península Ibérica.

Há aí uma inversão. A reprodução institucional e social é relevante, mas não é uma Nação e um Estado Nacional. Penso que aí se pode encontrar alguma chave de entendimento do “supremo” e de seus mitos, dentro e fora dele, tanto no Estado como na sociedade civil.

O espaço de que disponho não me possibilita colocar em diálogo muitos dos bons intérpretes do país, dos quais eu destacaria: Gilberto Freyre e seu livro *Casa-Grande e Senzala*; Caio Prado Júnior e seu *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*; e, sem dúvida, Sérgio Buarque de Holanda e seu *Raízes do Brasil*. Escolho este último, sem colocar em diferente relevância nenhum dos outros no que se propuseram fazer.

Desde logo, no primeiro capítulo, Holanda busca nossa cultura na Europa e, particularmente, em Portugal e na Espanha. Nesse momento histórico, na Europa estariam as origens mais longínquas de nossa cultura: o forte personalismo mítico que embasou sua categoria histórica da cordialidade do homem brasileiro. A cordialidade que não se refere às relações interpessoais ou institucionais, mas fortemente relacionada aos laços afetivos e ligada às famílias nucleares. Haveria, de fato, muita força e autoritarismo nessa cordialidade. Deste traço, Sérgio Buarque de Holanda deriva o que ele afirma sobre a existência da frouxidão das instituições brasileiras e a falta de coesão social.

Depois de mais de cinco séculos, isso é pesado para nós e, do mesmo modo, também é invisível. Os mitos se proliferam entre nós e em nós mesmos. Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Genoíno, os partidos a que estão ligados... Joaquim Barbosa e os demais magistrados são filhos dessa

² Cf. em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Destinos-cruzados-a-vida-de-Genoio-e-a-saude-da-democracia/29571>>, editorial de Saul Leblon. Acesso em: 1º dez. 2013.

cultura que se põe e os põe em seus lugares sociais. São guiados por esses traços. O que a sociedade civil julga nas urnas condena e absolve os mitos do Estado, que se tornam, eles mesmos, a própria instituição e estruturam o STF. Nessa mesma linha de continuidade não se percebem assim e não conseguem ver que a toga pode se voltar contra o voto.

E agora, José? E agora, Joaquim? E agora? O que faremos nós para fazer diferença e o que fazer de nós mesmos, diante do que fizeram de nós?

São Paulo, 1º de dezembro de 2013.

João dos Reis Silva Júnior³

³ Livre-Docente em Educação pela USP; Doutor em Educação pela PUCSP, com Pós-Doutorado em Economia Política da Educação pela USP e pela Universidade de Londres e em Sociologia Política pela UNICAMP; Mestre em Administração pela PUCSP; Graduado em Engenharia pela USP. Professor da UFSCar, Líder do GEPEFH/UFSCar/CNPq e um dos Coordenadores do Observatório "A Expansão da Educação Superior". E-mail: <joaodosreissilvajr@gmail.com>.